



28 DE AGOSTO DE 2018 Terça-feira

- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA CAI EM AGOSTO AO MENOR NÍVEL DESDE JANEIRO, DIZ FGV
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA RECUA E REGISTRA MENOR NÍVEL DESDE JANEIRO
- FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS CRESCE 10,6% EM JULHO, DIZ ABIMAO
- BRASIL E CHINA DISCUTEM AMPLIAÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS
- GOVERNO NOTIFICA EMPRESAS QUE NÃO RECOLHERAM R\$ 2,4 BI EM FGTS
- 37% DE EMPRESÁRIOS QUEREM PRESIDENTE CONCLUINDO REFORMA TRIBUTÁRIA EM ATÉ 5 ANOS
- MULTINACIONAL INDIANA INVESTE R\$ 82 MILHÕES NO BRASIL
- PAÍS MUDA COTA PARA AVANÇAR EM ACORDO COM ARGENTINA
- CORREIOS COBRARÃO R\$ 15 DE TODAS AS ENCOMENDAS INTERNACIONAIS
- APÓS PICO DEVIDO À PARALISAÇÃO, FALTA DE ITENS EM SUPERMERCADO VOLTA A CAIR
- SP TERÁ SEMANA DE INOVAÇÃO EM NOVEMBRO
- ALTA DO DÓLAR PRESSIONA PREÇO DO DIESEL E COMPROMETE OS EFEITOS DO SUBSÍDIO
- ENTENDA O QUE GEROU A RECENTE ALTA DO DÓLAR
- DIESEL PODE SUBIR DEPENDENDO DO DÓLAR E DO PREÇO DO PETRÓLEO, DIZ ANP
- TABELA DE FRETE PROVOCA 'OVERBOOKING' EM NAVIOS DE EXPORTAÇÕES
- STF JULGARÁ O MAIS RÁPIDO POSSÍVEL QUESTIONAMENTOS DA LEI DO FRETE, DIZ FUX
- ABPA: INDEFINIÇÃO SOBRE FRETE CRIA INSEGURANÇA E TERÁ CONSEQUÊNCIA AO CONSUMIDOR

- CNA DEFENDERÁ NO STF QUE TABELA DO FRETE PODE PROVOCAR QUEDA NAS EXPORTAÇÕES
- COMO DUAS DECISÕES DE MUSK COLOCARAM A TESLA EM DIFICULDADES
- ROTA 2030 É APRESENTADO EM FEIRA AGRÍCOLA EM PORTO ALEGRE
- FATURAMENTO DAS AUTOPEÇAS CRESCERÁ 14,3% ESTE ANO
- MERCADO DE VEÍCULOS PESADOS PRECISA DE ESTABILIDADE ECONÔMICA PARA CONTINUAR EVOLUINDO
- CAMINHÕES PESADOS DITAM O RITMO DO SETOR DE TRANSPORTE
- EMPRESAS AUTOMOTIVAS PRECISAM BUSCAR NOVAS FONTES DE RECEITA
- VENDA DE VEÍCULOS EM AGOSTO SERÁ A MELHOR EM TRÊS ANOS

CÂMBIO EM 28/08/2018		
	Compra	Venda
Dólar	4,121	4,122
Euro	4,829	4,831

Fonte: BACEN

Confiança da indústria cai em agosto ao menor nível desde janeiro, diz FGV

28/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

No geral, houve queda da confiança em 11 dos 19 segmentos industriais pesquisados

A confiança da indústria brasileira voltou a cair em agosto após apresentar estabilidade no mês anterior e foi ao nível mais baixo desde janeiro devido às incertezas internas e externas, de acordo com dados da FGV (Fundação Getúlio Vargas) divulgados nesta terça-feira (28).

Com queda de 0,4 ponto, o ICI (Índice da Confiança da Indústria) foi a 99,7 pontos neste mês, indo abaixo da marca de 100 pontos, considerada nível neutro, pela primeira vez desde os 99,4 pontos de janeiro.

"A escassez de boas notícias e bons resultados, e o elevado nível de incerteza mantido por questões internas e externas, tornam a recuperação da confiança mais distante no horizonte temporal", explicou a coordenadora da Sondagem da Indústria da FGV/IBRE, Tabi Thuler Santos, em nota.

De acordo com a FGV, pesou para o resultado a queda de 1,1 pontos do ISA (Índice da Situação Atual), para 97,9 pontos. O IE (Índice de Expectativas), no entanto, se manteve acima do nível neutro, subindo 0,3 ponto, para 101,4 pontos em agosto.

No geral, houve queda da confiança em 11 dos 19 segmentos industriais pesquisados, de acordo com a FGV.

O NUCI (Nível de Utilização da Capacidade Instalada) avançou 0,3 ponto percentual na comparação com julho, chegando a 76%, mas este resultado ainda é insuficiente para compensar as quedas registradas nos dois meses anteriores.

Após a paralisação dos caminhoneiros ter abalado a confiança de forma generalizada no país, as atenções se voltam agora com mais força para as eleições presidenciais de outubro, num momento em que a atividade econômica ainda encontra dificuldades de engrenar.

A pesquisa Focus do Banco Central divulgada na segunda-feira (27) mostrou que a expectativa é de que o PIB (Produto Interno Bruto) do país cresça 1,47 % neste ano, com a indústria apresentando expansão de 2,61%.

Confiança da indústria recua e registra menor nível desde janeiro

28/08/2018 – Fonte: PEGN

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) recuou 0,4 ponto de julho para agosto deste ano, fechando em o mês em 99,7 pontos



Incerteza em questões nacionais e internacionais contribuíram para recuo do ICI (Foto: Reprodução/Pexels)

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) recuou 0,4 ponto de julho para agosto deste ano, fechando em o mês em 99,7 pontos – o menor desde os 99,4 pontos relativos a janeiro deste ano. Pela métrica de médias móveis trimestrais, o indicador registrou a terceira queda consecutiva e recuou 0,4 ponto, para 100 pontos.

Os dados do ICI de agosto foram divulgados hoje (28) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre FGV) e indicam que em agosto o Índice da Situação Atual (ISA) caiu 1,1 ponto, para 97,9 pontos. A queda reflete retração em 12 dos 19 segmentos do indicador da Situação Atual.

Mantendo-se acima do nível neutro (de 100 pontos), o Índice de Expectativas (IE) subiu 0,3 ponto, para 101,4 pontos. Ainda assim, a melhora das expectativas atingiu apenas 9 dos 19 segmentos - menos da metade.

Para a coordenadora da Sondagem da Indústria da FGV, Tabi Thuler Santos, “a fragilidade da recuperação industrial, retratada pela sondagem ao longo do ano, culmina em agosto com o ICI registrando nível inferior aos 100 pontos (baixa confiança) pela primeira vez desde janeiro”.

De acordo com Tabi, “a escassez de boas notícias e bons resultados, e o elevado nível de incerteza mantido por questões internas e externas, tornam a recuperação da confiança mais distante no horizonte temporal”.

Nível dos estoques

Os números de agosto do Índice de Confiança da Indústria indicam que o nível dos estoques foi o único componente a piorar dentre as percepções sobre a situação atual e, portanto, foi determinante para a queda do ISA em agosto.

O percentual de empresas com estoques excessivos subiu de 7,6% para 9,3%, de julho para agosto, enquanto a parcela de empresas com estoques insuficientes, que também subiu, o fez em menor proporção, ao passar de 4,3% para 4,8% do total.

Já a melhora constatada no Indicador de Expectativa, em agosto, se deu em razão da evolução das expectativas com a melhora do nível do pessoal ocupado nos três meses seguintes.

Após forte queda no mês anterior, o indicador subiu 2,1 pontos, para 97,7 pontos. Houve diminuição da proporção de empresas prevendo aumento do quadro de pessoal, de 17,4% para 17,1%. A parcela daquelas que esperam redução caiu em maior proporção, de 15,0% para 12,6% do total.

Apesar do aumento no número de empresas com estoques excessivos, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) avançou 0,3 ponto percentual em agosto, para 76,0%. Esse resultado é, no entanto, segundo a FGV, “insuficiente para compensar as quedas registradas nos dois meses anteriores”.

A edição de agosto de 2018 coletou informações de 1.084 empresas entre os dias 01 e 24 deste mês.

Faturamento da indústria de máquinas cresce 10,6% em julho, diz Abimaq

28/08/2018 – Fonte: DCI

Setor registra R\$ 6,79 bilhões; na comparação com junho, houve queda de 4,1%



O resultado leva para R\$ 42,13 bilhões o faturamento das fábricas de bens de capital mecânicos nos sete primeiros meses do ano

Favorecido por vendas domésticas, o faturamento da indústria nacional de máquinas e equipamentos alcançou R\$ 6,79 bilhões no mês passado, 10,6% a mais do que o montante registrado em julho de 2017, informou nesta terça-feira, 28, a Abimaq, entidade que representa as empresas do setor. Na comparação com junho, houve queda de 4,1% nas vendas dessa indústria, entre entregas ao mercado doméstico e exportações.

O resultado leva para R\$ 42,13 bilhões o faturamento das fábricas de bens de capital mecânicos nos sete primeiros meses do ano, o que corresponde a um crescimento de 4,7% frente a igual período de 2017.

As exportações, que somaram US\$ 703 milhões no mês passado, marcaram quedas de 3,3% no comparativo interanual e de 20,3% em relação a junho. Quanto às vendas

domésticas, houve alta de 11,7% na comparação com julho de 2017. Na comparação com o mês anterior, a alta das vendas internas em julho foi de 10,5%.

No mês passado, o consumo de máquinas e equipamentos no País, que inclui as importações e é um termômetro dos investimentos nas linhas de produção, subiu 25,3% se comparado ao mesmo mês de 2017. Na comparação com junho, a alta foi de 11,3%. No total, as empresas brasileiras investiram R\$ 10,2 bilhões em máquinas e equipamentos em julho deste ano.

Só as importações subiram 21% na comparação com julho de 2017, chegando a US\$ 1,4 bilhão. Frente a junho, as compras de máquinas importadas subiram 11,7%.

O déficit comercial desse mercado - ou seja, a diferença entre o que o Brasil compra e exporta de máquinas e equipamentos - somou US\$ 694,2 milhões no mês passado, 62,5% acima do saldo negativo de um ano antes.

O balanço da Abimaq revela ainda que a utilização da capacidade instalada nessa indústria chegou a 77,3% no mês passado, acima dos 71,8% de um ano atrás.

A mão de obra no setor teve aumento de 0,9% na passagem de junho para julho. A indústria de máquinas terminou o mês passado empregando 298,6 mil pessoas.

Acumulado de 2018

O consumo de bens de capital mecânicos no Brasil subiu 10,5% nos sete primeiros meses de 2018, chegando a R\$ 57,32 bilhões, de acordo com o balanço da Abimaq. Na mesma base comparativa, as exportações avançaram 13,9%, chegando a US\$ 5,48 bilhões, enquanto que as importações subiram 18%, para US\$ 8,52 bilhões.

Com isso, o déficit comercial no setor ficou em US\$ 3,04 bilhões entre janeiro e julho, 26,4% acima do saldo negativo de igual período do ano passado.

Brasil e China discutem ampliação de comércio e investimentos bilaterais

28/08/2018 – Fonte: MDIC

Ministro da Indústria e Informação Tecnológica da China, Miao Wei, e delegação foram recebidos pela ministra interina da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Yana Dumaresq

Uma delegação do governo da China esteve nesta segunda-feira no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), em Brasília, para discutir assuntos relacionados à agenda bilateral de comércio e investimentos para 2018 e 2019.

O ministro da Indústria e Informação Tecnológica da China, Miao Wei, acompanhado de delegação, foi recebido no início da tarde de segunda-feira pela ministra interina, Yana Dumaresq, e equipe técnica do MDIC, que esclareceram dúvidas da comitiva chinesa sobre Agenda Brasileira para a Indústria 4.0, investimentos, e programação de reuniões bilaterais para 2019, quando o Brasil estará exercendo a presidência dos Brics.

Intercâmbio bilateral

A China é o principal parceiro comercial do Brasil. Em 2017, o Brasil exportou para a China o equivalente a US\$ 47 bilhões em bens e importou do mercado chinês, US\$ 27 bilhões, o que resultou em saldo positivo de mais de US\$ 20 bilhões para o Brasil. De janeiro a julho de 2018, os embarques para a China já somam US\$ 36 bilhões e as compras brasileiras daquele mercado chegam a US\$ 19 bilhões, com superávit de US\$ 17 bilhões para o Brasil.

Governo notifica empresas que não recolheram R\$ 2,4 bi em FGTS

28/08/2018 – Fonte: PEGN



Segundo o governo federal, os valores recolhidos beneficiarão 1,1 milhão de trabalhadores (Foto: Reprodução/Wikimedia Commons)

No primeiro semestre deste ano, fiscalizações do Ministério do Trabalho contra empresas que deixaram de recolher o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de seus empregados e a Contribuição Social (CS) resultaram numa arrecadação de R\$ 2,4 bilhões.

De janeiro a junho, 20.400 empregadores foram fiscalizados em todo o país, o que provocou 9.400 notificações de dívidas. Segundo o governo federal, os valores recolhidos beneficiarão 1,1 milhão de trabalhadores.

De acordo com o chefe da Divisão de Fiscalização do FGTS, Jefferson Toledo, muitos dos débitos são dívidas de até 30 anos.

Ainda segundo a pasta, parte dos R\$ 2,4 bilhões foi recolhida no ato da fiscalização. Outra parte será cobrada pela Caixa Econômica Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

O resultado, informou o ministério, é 4,3% superior ao registrado no mesmo período de 2017 (R\$ 2,3 bilhões) e 30,8% maior na comparação com os primeiros seis meses de 2016 (R\$ 1,8 bilhão). Nos últimos três anos, os auditores-fiscais do Trabalho vêm intensificando o combate à sonegação.

O trabalho de arrecadação resulta da atuação da Força-Tarefa de Fiscalização de Grandes Devedores de FGTS, responsável por notificar e recolher de R\$ 766 milhões em FGTS e contribuições, e das ações de grupos de combate ao trabalho escravo e de fiscalização do setor de transportes.

Trabalhadores devem ficar atentos e checar depósitos de FGTS

O governo federal alerta para o fato de que os trabalhadores devem acompanhar a regularização dos depósitos em suas contas de FGTS.

O acompanhamento pode ser feito por meio de extrato bimestral que é enviado pela Caixa Econômica Federal, diretamente para a residência do interessado.

Também é possível acompanhar os depósitos por meio de extratos obtidos no site da Caixa, nos terminais de auto-atendimento, mediante uso de senha e do Cartão Cidadão, ou por mensagens de celular (SMS), caso tenha feito esta opção no site do banco. Neste caso, a instituição financeira envia a mensagem assim que a empresa faz o depósito, mensalmente.

Além disso, o profissional ainda pode se dirigir a qualquer agência da Caixa para fazer a consulta.

Para os adeptos da tecnologia, o banco ainda disponibiliza o aplicativo FGTS, disponível para os sistemas operacionais iOS, Android e Windows Phone. No app, é possível acompanhar o extrato após fazer um rápido cadastro.

Dúvidas podem ser esclarecidas pelo telefone 0800-7260-101.

O que fazer se o depósito não é feito pelo empregador

Caso algum recolhimento não tenha sido feito, o primeiro passo é procurar a empresa e buscar um acordo para regularizar a situação. Se o empregador não resolver a pendência, especialistas dizem que é preciso fazer uma denúncia à Superintendência Regional do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Para formalizar a denúncia, o trabalhador deve ter em mãos o extrato da conta vinculada que comprove que os depósitos não foram realizados. O documento pode ser obtido em qualquer agência da Caixa com a carteira de trabalho e o cartão ou o número do PIS. Também é possível obter o extrato pelo aplicativo FGTS para smartphones.

Caso queira manter o anonimato, por ainda estar empregado, o trabalhador pode procurar seu sindicato e fazer a denúncia.

Uma terceira opção é ingressar com uma ação na Justiça do Trabalho.

37% de empresários querem presidente concluindo reforma tributária em até 5 anos

28/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 27-08-2018)

A complexidade do sistema tributário e a necessidade de mudanças para sua simplificação foram apontados por 37% de um universo de 822 empresários dos segmentos do comércio e dos serviços numa pesquisa organizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). Realizado entre os dias 27 de julho e 10 de agosto, em todas regiões do País, o levantamento teve como objetivo apurar as expectativas dos empresários em relação ao próximo governo.

“O sistema tributário brasileiro é um dos mais complexos do mundo, o que acaba provocando algumas distorções e desigualdades. Por essa razão, os empresários ressaltam a importância de a reforma estar na agenda do novo presidente, principalmente ao proporcionar o crescimento do setor produtivo na geração de empregos e renda”, analisa o presidente da CNDL, José César da Costa.

Os empresários avaliam que cinco anos seria um prazo razoável para a concretização das mudanças no sistema tributário, desde de sua reforma até à sua implementação.

O propósito da reforma seria cumprido se ao prazo de cinco anos o sistema tributário se tornasse mais simples, transparente e eficiente. Já 36% dos entrevistados desejam um país menos burocrático, que contribua para a atividade empreendedora, enquanto 31% querem políticas públicas que impulsionem o crescimento das empresas.

Expectativas para 2019

No geral, de acordo com a pesquisa, os empresários dos setores de varejo e serviços estão otimistas com a economia para 2019, quando o país terá seu novo presidente.

Total pesquisado, 54% esperam um cenário econômico melhor para o próximo ano e 71% anseiam que a nova gestão promova mudanças em relação às diretrizes atuais.

Entre as prioridades mencionadas para o presidente que assumirá em 1º de janeiro, 52% destacam a redução de impostos e 34% a queda dos juros. Em terceiro lugar, aparece o combate à corrupção, 28% das indicações, seguida da diminuição da burocracia, desejada por 16% dos 822 entrevistados.

Corrupção, saúde pública precária e falta de educação básica são apontados entre os principais problemas a serem resolvidos pela próxima gestão federal.

A necessidade de se eliminar a corrupção como forma de levar o País à retomada do crescimento foi apontada por 52% dos empresários. A precariedade da saúde pública é mencionada em segundo lugar, por 36% dos entrevistados e a falta de educação básica aparece em seguida, com 33% das respostas.

Quanto às medidas esperadas para o ambiente empresarial, 87% afirmam que analisarão propostas que preveem estímulo ao desenvolvimento do varejo e serviços.

Nessa linha, 93% concordam que o novo presidente deve fortalecer a produção nacional, 79% acreditam que a próxima gestão precisa dar prioridade à distribuição de renda, para aumentar o poder de compra do consumidor e 78% destacam políticas voltadas ao comércio internacional.

Por outro lado, apenas 39% acham que o novo presidente deve intervir menos na economia. "Os empresários estão atentos às propostas, principalmente de candidatos que tenham planos que contemplem mudanças essenciais e benéficas para a economia e o ambiente de negócios. A expectativa é de uma recuperação econômica mais efetiva, com a retomada dos investimentos", comenta Roque Pellizzaro Junior, presidente do SPC Brasil.

Multinacional indiana investe R\$ 82 milhões no Brasil

28/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Aportes serão realizados neste ano fiscal da companhia, que termina em março de 2019

A multinacional de tecnologia Wipro, de origem indiana, vai investir US\$ 20 milhões (R\$ 81,6 milhões no câmbio atual) até março de 2019 em sua operação no Brasil. Os recursos se destinam à expansão da infraestrutura e ao treinamento e contratação de pessoal.



Logomarca da multinacional Wipro - Abhishek N. Chinnappa - 19.jan.18/Reuters

"Crescemos 35% em 2017 em receita na América Latina. Neste ano teremos alta de dois dígitos no Brasil. Aqui, nossos clientes nos setores bancário, de mineração, varejo e manufatura vão bem", diz Ankur Prakash, vice-presidente para a Ibero-América.

Entre os maiores aportes da empresa no país está uma unidade de desenvolvimento de tecnologia no bairro de Alphaville, em Barueri (SP).

O escritório, que será inaugurado em setembro, tem 2.500 metros quadrados e deverá ter 500 empregados.

A operação em Curitiba também recebeu recursos para expansão. "Até março de 2019 vamos contratar cerca de 500 profissionais no país", afirma. Hoje, são 1.400.



Ankur Prakash, vice-presidente da Wipro para Ibero-América - Patricia Stavis/Folhapress

O Brasil responde hoje por metade da receita da marca na América Latina. O continente representa cerca de 3% do faturamento da companhia no mundo.

US\$ 8,4 bilhões

(R\$ 34,27 bi) foi a receita global no ano fiscal terminado em março de 2018

País muda cota para avançar em acordo com Argentina

28/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O governo brasileiro desistiu de propor, na negociação para prorrogar até 2023 o acordo com a Argentina para comércio de veículos e autopeças, um aumento gradual do máximo que o Brasil pode exportar para o país vizinho, conforme apurou o **Estadão / Broadcast**. Agora, defende um limite maior que o atual, mas sem crescer a cada ano.

No acordo vigente, que tem duração de quatro anos e vai até junho de 2020, a cada US\$ 1 importado da Argentina, o Brasil pode vender, livre de tarifas, US\$ 1,5 para lá. Essa proporção é chamada pelos dois governos e pelas empresas de "flex". O documento prevê também que, no último ano de vigência, entre julho de 2019 e junho de 2020, o flex suba para US\$ 1,7.

Nas negociações para prorrogar por mais três anos, até 2023, o governo brasileiro vinha defendendo que o flex subisse gradualmente a cada ano, partindo de US\$ 1,7.

No entanto, encontrou resistência por parte do governo argentino, que tem buscado melhorar suas contas externas. O Brasil, então, desistiu da ideia e passou a propor que o flex se mantenha fixo por esses três anos a US\$ 1,7, no mínimo.

Uma nova reunião sobre o tema está marcada para o início de setembro. A intenção é que haja um acerto ainda neste semestre. A prorrogação está sendo negociada pelos governos dois anos antes do fim do prazo atual porque as partes querem se antecipar ao processo eleitoral na Argentina, que ocorre no ano que vem.

O flex voltou a ser discutido pelos países no ano passado, quando a Argentina avisou que começaria a notificar as empresas que estavam excedendo o limite de US\$ 1,5, exigindo a constituição de garantias equivalente às multas previstas no acordo.

Correios cobrarão R\$ 15 de todas as encomendas internacionais

28/08/2018 – Fonte: G1

Cobrança do despacho postal começou na segunda-feira (27). Consumidores que estiverem aguardando encomendas internacionais devem entrar no site dos Correios e fazer o pagamento.

Os Correios começaram na segunda-feira (27) a cobrança de R\$ 15 de todas as encomendas internacionais que chegarem ao Brasil pela empresa. A tarifa refere-se à cobrança do despacho postal.

Até a mudança, o despacho postal só era cobrado de objetos tributados pela Receita Federal, mas segundo a estatal, o aumento das importações obrigou os Correios a cobrarem de todas as encomendas para manter "o padrão do serviço".

A tarifa visa cobrir custos com serviço de tratamento da encomenda (como o recebimento dos objetos), inspeção por raio X, formalização da importação, disponibilização de informações ao importador para liberação da encomenda via internet, entre outras operações.

Ainda segundo os Correios, os destinatários que estiverem aguardando encomendas do exterior devem acessar o rastreamento de objetos no site dos Correios e fazer o pagamento do despacho postal por boleto ou cartão de crédito para liberarem a entrega da encomenda. O prazo para entrega passa a contar a partir da data de confirmação do pagamento.

SP terá semana de inovação em novembro

28/08/2018 – Fonte: PEGN

A SP Tech Week terá delegações estrangeiras, que visitarão a cidade para conhecer as startups da cidade.

A Prefeitura de São Paulo anunciou nessa segunda-feira, 27, que a quarta edição da SP Tech Week, evento de inovação e tecnologia, será realizado entre os dias 24 e 30 de novembro de 2018.

"Queremos ser cada vez mais conhecidos como um centro de inovação", disse o prefeito Bruno Covas, durante a conferência, realizada no Spaces, espaço de escritórios compartilhados na zona sul da capital paulista.

Segundo a prefeitura, a SP Tech Week terá mais de 200 eventos diferentes, e a expectativa é atrair pelo menos 50 mil participantes para as atividades, que incluem palestras, workshops, rodadas de negócios e a visita de delegações estrangeiras para conhecer as startups locais.

Vocação

Para Covas, do PSDB, a Tech Week é um evento "necessário", pois tecnologia e economia criativa são os setores que ajudarão a cidade gerar empregos. "Não teremos novas indústrias ou agricultura. Esse é o destino das grandes cidades", disse ele.

Após pico devido à paralisação, falta de itens em supermercado volta a cair

28/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Efeito da crise dos caminhoneiros ainda afetou redes em julho

A falta de produtos em supermercados voltou a diminuir em julho após explodir no mês anterior devido à paralisação de caminhoneiros, segundo as consultorias Neogrid e Nielsen. O índice que mede a indisponibilidade de itens nas gôndolas chegou a 10,22%.



A variação foi pequena, de 0,6 ponto percentual em relação a junho, principalmente porque alguns resquícios da paralisação se mantêm, diz Robson Munhoz, vice-presidente da Neogrid. "Há outro fator que é um modesto aquecimento do consumo,

que elevou em 3% o número de vezes que clientes vão ao ponto de venda”, afirma o executivo.

“Muitos varejistas não estavam preparados para um aumento e sofreram rupturas.” A categoria de produto que foi encontrada em falta por mais vezes foi o leite longa vida, seguida por frango in natura, leite com sabor, sorvete e azeite. As consultorias analisam cerca de 25 mil lojas.

Alta do dólar pressiona preço do diesel e compromete os efeitos do subsídio

28/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Valor que foi congelado para pôr fim à paralisação dos caminhoneiros é revisto nesta semana

Com a escalada de aumentos do dólar nas últimas semanas, a subvenção de R\$ 0,30 por litro concedida pelo governo para encerrar a paralisação dos caminhoneiros em maio já não é suficiente para ressarcir refinarias e importadores pela venda do combustível a preços congelados.

Os efeitos do câmbio devem ser repassados ao consumidor nesta sexta-feira (31), quando o preço do diesel será revisto.

Uma nova fórmula para o cálculo do preço foi apresentada nesta segunda (27) pela ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), que atendeu a pleitos do mercado pela inclusão de custos adicionais de armazenagem e transporte do combustível em território brasileiro.

“O preço do dia 31 vai ser pressionado duas vezes: uma, pela fórmula nova, e outra, pelo fato de o preço atual estar bem abaixo do internacional”, diz o consultor Adriano Pires, do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura).

O preço de venda do diesel por refinarias e importadoras está congelado desde maio, após acordo para encerrar a paralisação dos caminhoneiros.

O governo separou R\$ 9,5 bilhões para ressarcir, até o fim deste ano, as empresas que se comprometerem a vender o produto pelo valor estabelecido.

As regras do programa, porém, limitam o desconto a R\$ 0,30 por litro, valor hoje insuficiente para cobrir a diferença entre o preço definido em maio —chamado de preço de comercialização— e o valor que as empresas poderiam praticar caso o mercado não estivesse sob intervenção.

Desde o dia 18 de agosto, o preço de referência usado pela ANP para calcular a subvenção não para de subir, pressionado pelo câmbio.

Com alta de 8% em apenas uma semana, atingiu na sexta (24) os maiores valores desde o início do programa de subvenção do governo.

No Sudeste e no Centro-Oeste, por exemplo, é de R\$ 2,5503 por litro desde sexta, R\$ 0,444 a mais do que o preço tabelado pelo governo, de R\$ 2,1055.

Isso significa que o subsídio do programa de subvenção cobre apenas dois terços do desconto que as empresas têm praticado na venda do combustível.

Como o governo não pode aumentar o subsídio, a solução para cobrir o rombo passa por aumento no preço de venda pelas empresas.

Na sexta, a ANP definirá o valor que vai vigorar durante os próximos 30 dias.

A fórmula apresentada nesta segunda pela ANP vai redefinir o preço de referência para o cálculo do subsídio. A partir desse valor, define-se o preço de venda por refinarias e importadoras, subtraindo-se o desconto de R\$ 0,30 por litro.

Segundo Pires, nas condições atuais de câmbio, a fórmula deve trazer um aumento no preço de referência e, conseqüentemente, no preço de comercialização. Além disso, as regras do programa preveem o repasse a este último das diferenças superiores a R\$ 0,30 por litro verificadas no mês anterior.

Há cinco dias, o desconto dado pelas empresas é superior a R\$ 0,30 por litro previsto dentro do programa de subvenção do combustível —e a tendência é que o cenário permaneça assim caso o câmbio não volte para abaixo dos R\$ 4.

O programa de subvenção completa três meses nesta semana, ainda sob críticas de distribuidores e importadores, que veem intervenção excessiva do governo no mercado e reclamam de atrasos no ressarcimento às empresas.

Até o momento, a ANP liberou recursos para apenas quatro companhias, em um total de R\$ 215 mil, referentes ainda à primeira fase do programa. Não foram liberados recursos da segunda fase, que se encerrou no dia 31 de julho. A ANP alega que está analisando os documentos.



Nos últimos cinco dias, a diferença entre o preço de referência e o preço congelado superou os R\$ 0,30 por litro da subvenção concedida pelo governo após a paralisação dos caminhoneiros - Zanone Fraissat/Folhapress

As empresas reclamam ainda da proposta da ANP para a divulgação das fórmulas de preços dos combustíveis, atualmente em consulta pública.

"O ideal seria que não houvesse intervenção nenhuma", diz o presidente da Plural, entidade que reúne as distribuidoras, Leonardo Gadotti.

Ele alerta que o governo federal deveria se preparar para o fim do programa, no dia 31 de dezembro.

"O governo montou uma bomba-relógio com data para explodir. No dia 1º de janeiro, o preço terá de subir R\$ 0,30 de uma só vez", diz o executivo.

BR cobra mais pelo combustível após ir à Bolsa, diz banco

Como uma estratégia para melhorar sua rentabilidade após a oferta de ações em Bolsa, a BR Distribuidora, controlada pela Petrobras, passou a praticar preços do diesel mais altos do que a concorrência.

A conclusão é de levantamento feito pelo banco UBS com base em dados da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) sobre o preço de venda dos postos de gasolina do país.

Os dados mostram que o preço médio dos postos com bandeira BR ultrapassou o praticado pela Ipiranga em outubro de 2017 e manteve-se mais caro até junho,

quando começou o programa de subvenção do governo federal e todas as empresas reduziram seus valores.

No fim de setembro, o conselho da Petrobras autorizou o lançamento de ações da BR Distribuidora, realizado em dezembro, que entregou a investidores privados 28,75% do capital da empresa.

Entre setembro e maio, o preço médio dos postos BR subiu mais do que os da concorrência: 14,32%, contra 13,77% da Ipiranga e 13,51% da Shell, marca operada pela Raízen Combustíveis, associação entre a empresa anglo-holandesa e a brasileira Cosan.

As diferenças de preços entre as empresas são pequenas, mas, para os autores do levantamento, os analistas Luiz Carvalho e Gabriel Barra, os dados mostram que a BR vem priorizando suas margens, uma vez que seus postos apresentaram os maiores valores durante a maior parte deste ano.

No balanço do segundo trimestre, a BR foi a única a apresentar aumento de margem, em relação ao mesmo período do ano anterior, com alta de 8,7%, para R\$ 50 por metro cúbico. O valor, porém, ainda é inferior aos R\$ 69 da Ipiranga e R\$ 87 da Cosan.

Em nota enviada à **Folha**, a companhia disse que não comenta sua política de preços, "mas reafirma o compromisso de adotar políticas que garantam competitividade a sua rede, melhorando os seus resultados e atraindo novos postos para a bandeira Petrobras".

Em relatório, os analistas do UBS dizem que, mesmo com preços mais altos do que a concorrência, a BR vem mantendo sua fatia de mercado durante o ano, com cerca de 30% das vendas.

A Raízen também não teve grandes mudanças, mantendo-se em torno de 20%.

Já a Ipiranga ganhou participação, de 17,7% no início de 2017 para 19,6% em julho de 2018. Segundo fontes do setor, a companhia adotou uma política comercial mais agressiva, para tentar recuperar perdas em anos anteriores.

Segundo dados da ANP, as três empresas concentravam, no fim de 2017, 73% das vendas de óleo diesel no país.

Entenda o que gerou a recente alta do dólar

28/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado dia 27-08-2018)

Incerteza com eleição brasileira e alta dos juros americanos fizeram dólar passar dos R\$ 4

Incertezas políticas com o resultado das eleições brasileiras e a guerra comercial entre China e Estados Unidos têm feito o dólar disparar no país.

Na semana passada, pela primeira vez desde 2016, a moeda rompeu a casa dos R\$ 4. Analistas acreditam que, num cenário pessimista, ele possa chegar a até R\$ 4,50.



Funcionária conta notas de dólar em casa de câmbio - Hafidz Mubarak/REUTERS

Por que o dólar subiu nas últimas semanas?

São dois os motivos, um interno e outro externo.

O interno é explicado pelo cenário eleitoral: investidores temem pela ausência no segundo turno de um candidato considerado reformista, que teria maior preocupação com as contas públicas. Com a indefinição, compram dólar para se proteger.

O externo é relacionado à guerra comercial entre China e EUA, que, a depender do desdobramento, pode reduzir o crescimento da economia mundial. A alta dos juros americanos ainda continua a pressionar a moeda.

Quando o câmbio deve melhorar?

Para analistas do mercado financeiro, enquanto não houver definição sobre o cenário eleitoral, o dólar continuará pressionado e provavelmente não voltará a ser cotado abaixo de R\$ 4 no curto prazo.

Qual impacto na economia brasileira?

Dólar mais caro significa importados mais caros. E isso não se reflete apenas em bens industrializados, como carros e eletrônicos, mas em produtos alimentícios, como o trigo —a maior parte do cereal é importada, logo uma desvalorização do real encarece, por exemplo, o pãozinho.

A alta do dólar pressiona a inflação, e, a depender de sua intensidade, pode forçar o Banco Central a elevar os juros, o que costuma ter consequências na atividade econômica —cenário ruim para um país que saiu recentemente da recessão.

Rota 2030 é apresentado em feira agrícola em Porto Alegre

28/08/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 27-08-2018)

Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, Igor Calvet, visitou nesta segunda a ExpoInter

O secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exteriores e Serviços (MDIC), Igor Calvet, apresentou, nesta segunda-feira, em Porto Alegre, o Rota 2030, política do setor automotivo lançado no último mês.

Ele participou de um seminário promovido para Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do governo do Rio Grande do Sul na ExpoInter, uma das maiores feiras agrícolas do país.

Calvet explicou que o Rota busca incrementar a eficiência energética no país, aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e aumentar a segurança dos veículos. A medida provisória que criou o programa também prevê a redução do imposto de importação de autopeças sem similares no país.

O diretor de Relações Governamentais da Toyota Brasil, Ricardo Bastos, também participou do seminário. Ele destacou que a definição de metas em 15 anos garante previsibilidade para os investimentos da empresa.

Segundo o secretário de desenvolvimento de Competitividade Industrial do MDIC, o setor automotivo representa 22% do PIB industrial e 4% do PIB nacional.

Rio Grande do Sul

Maria Paula Merlotti, coordenadora da Assessoria Técnica da Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul, apresentou o programa de inovação para área de mobilidade urbana do estado, o Mult.

De acordo com Merlotti, as ações do Mult estão alinhadas às diretrizes do Rota 2030. O programa gaúcho busca fomentar a implementação de novas tecnologias e a preparação da cadeia automotiva para os desafios globais.

Dados do governo do Rio Grande do Sul apontam que o segmento automotivo representa aproximadamente 12% do PIB industrial gaúcho. Na região da serra e metropolitana de Porto Alegre, existem polos de produção metalmeccânico, eletroeletrônico e borracha.

Também participaram do seminário representantes do governo do Rio Grande do Sul, executivos de empresas fornecedoras de grandes montadoras e de startups. No passado, a ExpoInter reuniu 411.914 visitantes.

Tecnologia no campo

De manhã, Calvet visitou as instalações da AGCO. A empresa desenvolve máquinas de alta tecnologia para o campo como colheitadeiras, plantadeiras, tratores e outros equipamentos inteligentes que se conectam e trocam informações sobre o processo agrícola.

Segundo o presidente da AGCO na América Latina, Luis Felli, uma das soluções desenvolvidas na fábrica permitiu que uma das colheitadeiras atingisse o dobro da velocidade. "Aumentamos a eficiência do plantio, mantendo ou melhorando a qualidade da produção", disse.

A comitiva do MDIC visitou a linha de produção da empresa, que usa metodologia da manufatura enxuta, também adotado no programa Brasil Mais Produtivo, e tecnologias da indústria 4.0 para promover ganhos de produtividade. Os funcionários da AGCO usam óculos inteligentes fabricados pela Google, o chamado Google Glass, exoesqueletos que evitam problemas ergonômicos, impressoras 3D, empilhadeiras autônomas e robôs colaborativos.

Como lembrou Calvet, o MDIC lançou a Agenda 4.0 durante a edição latino-americana do Fórum Econômico Mundial. "A digitalização e a conectividade são importantes para a competitividade das indústrias. A planta da AGCO é uma demonstração de como a integração com as tecnologias da indústria 4.0 podem trazer ganhos significativos para o processo produtivo", disse.

A equipe de engenharia da AGCO desenvolve soluções em realidade aumentada e testa o desempenho das máquinas em laboratórios que simulam condições adversas no campo, como temperatura elevada, solo irregular e exposição a poeira. A empresa tem 11 unidades e 3.500 funcionários. Segundo os executivos da empresa, deverão ser lançados, até 2019, 156 novos produtos.

A adoção de tecnologias de manufatura avançada, como a digitalização e a conectividade, é importante para aumentar a competitividade das indústrias e do setor de agronegócios.

Diesel pode subir dependendo do dólar e do preço do petróleo, diz ANP

28/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, afirmou que o preço do diesel nos postos de abastecimento pode subir, apesar da subvenção do governo, porque depende de fatores como variação do dólar e do preço do petróleo.

Segundo ele, o acordo com os caminhoneiros foi de subvenção de R\$ 0,30 e isenção de impostos da ordem de R\$ 0,16, e isso está sendo mantido.

“O mercado não foi revogado. Não sei se (o diesel) vai aumentar, depende da evolução do câmbio e do preço do petróleo em relação ao preço anterior”, disse Oddone antes de palestra sobre o setor de petróleo em evento.

Na segunda-feira, 27, a ANP divulgou a nova fórmula para o cálculo da subvenção de 31 de agosto a 31 de dezembro deste ano. Seguindo Oddone, as regiões Sudeste e Centro-Oeste foram separadas para evitar distorções. A fórmula aplica a referência internacional do preço do petróleo mais os custos de internação no Brasil até colocar dentro de um tanque em porto brasileiro.

“Pegamos a paridade de importação, que é o preço de referência internacional mais o custo para colocar no terminal brasileiro, e agregamos o custo médio de cada região brasileira para dar o preço de referência para comercialização de diesel para efeito de subvenção”, explicou.

Segundo ele, a subvenção continuará a ser paga até que acabem os R\$ 9,5 bilhões concedidos pelo governo para garantir o desconto no preço do diesel para o consumidor.

Tabela de frete provoca 'overbooking' em navios de exportações

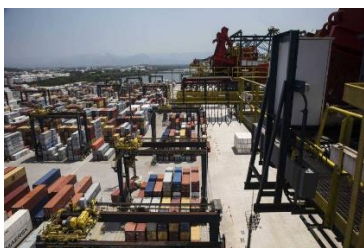
28/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado dia 27-08-2018)

Relatório da Maersk aponta que problema deverá reduzir exportações do país neste ano

O impacto da tabela de frete rodoviário chegou às exportações e tem levado as empresas de transporte marítimo a praticar um “overbooking” de até 200% nos navios.

O abalo também deverá provocar uma queda das exportações —o que já foi percebido no segundo trimestre e deverá continuar ao longo do ano, segundo relatório da Maersk, líder global em transporte marítimo.

O tabelamento do frete rodoviário foi uma das concessões do presidente Michel Temer para encerrar a paralisação dos caminhoneiros, em maio deste ano.



Containers empilhados no patio do Brasil Terminal Portuario (BTP) no terminal de Santos - Eduardo Knapp/Folhapress

A medida sofreu duras críticas do agronegócio e da indústria, que questionam a constitucionalidade da tabela no STF (Supremo Tribunal Federal).

Além de provocar uma alta no custo do transporte, estimada em 12% pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), a medida mudou a forma de negociar com os caminhões.

“A negociação passou a ser diária, tanto do preço como da disponibilidade do caminhão na data escolhida. Como resultado, os clientes não conseguem prever com precisão quando a carga chegará [ao terminal portuário]”, afirma Antonio Dominguez, diretor da Maersk para a Costa Leste da América do Sul.

A partir daí, cria-se um efeito cascata: para garantir o espaço na embarcação, os exportadores fazem várias reservas para uma só carga.

Isso aumenta o risco das empresas de transporte marítimo de ficarem esperando um carregamento que não vai aparecer.

Segundo a Maersk, grandes exportadores têm chegado com metade da carga para a qual reservaram espaço, e clientes de menor porte simplesmente não aparecem.

Com isso, as companhias passaram a fazer um "overbooking" de até 200% —ou seja, como já sabem que grande parte das cargas não chegarão, fazem duas vezes mais reservas do que de fato caberia no navio, para conseguir efetivamente enchê-lo.

Mesmo com a medida, entre 15 de julho e 15 de agosto, 200 mil toneladas de mercadorias deixaram de ser exportadas devido ao problema, estima a companhia.

A prática de "overbooking" começou em 2016, quando o espaço disponível nos navios começou a cair, devido à crise econômica que derrubou as importações, o que levou as companhias marítimas a reduzir a frota no país.

À época, porém, a situação era menos grave: a reserva adicional de segurança era de 10% do espaço. O quadro se agravou a partir da paralisação dos caminhoneiros, segundo a Maersk.

Outros fatores também têm pressionado os exportadores, como a volatilidade do câmbio e safras fortes, que ampliaram os volumes a serem enviados, segundo o relatório.

Além da falta de previsibilidade das entregas, o aumento de custo tem levado empresas de menor porte a simplesmente cancelar parte dos carregamentos, segundo o diretor-geral da Anea (Associação Nacional dos Exportadores de Algodão), Sérgio Mendes.

Por enquanto, a solução tem passado por uma maior comunicação entre exportadores e armadores, para que estes sejam pelo menos avisados quando a carga não for chegar.

O ideal para as empresas de transporte marítimo, porém, seria que o pagamento fosse feito no ato da reserva —como ocorre nas companhias aéreas, por exemplo—, para coibir essas reservas adicionais, que hoje não são cobradas, afirmou Dominguez.

STF julgará o mais rápido possível questionamentos da lei do frete, diz Fux

28/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado dia 27-08-2018)

Ministro teve audiência nesta 2ª com as partes interessadas; ações permanecem suspensas

O Supremo Tribunal Federal (STF) deverá julgar em plenário o mais rápido possível os questionamentos de associações do agronegócio e da indústria sobre a nova lei do frete, disse o ministro Luiz Fux nesta segunda-feira, após uma audiência com as partes interessadas.

Fux, que havia determinado anteriormente a suspensão de todas as ações questionando a constitucionalidade da lei, disse que agora o STF terá mais elementos para decidir sobre o tema.



O ministro do STF, Luiz Fux - Pedro Ladeira/Folhapress

Segundo o ministro, o STF pode julgar os questionamentos à lei do frete como procedente, improcedente ou parcialmente procedente.

“Há a possibilidade de uma decisão no meio-termo. Há uma obrigação do Judiciário de acolher o que recebe e dar uma resposta”, declarou após a audiência.

Associações contratantes de serviços de transporte consideram a lei inconstitucional por ferir o direito de livre negociação do frete rodoviário.

Fux afirmou que deixará as ações suspensas até o julgamento do caso pelo STF.

A lei que institui tabela do preço mínimo do frete foi sancionada pelo presidente Michel Temer no início de agosto após as paralisações promovidas por caminhoneiros em todo o país.

Nesta segunda-feira, mais duas leis do pacote de medidas para encerrar os protestos dos caminhoneiros foram sancionadas pelo presidente Temer.

A primeira envolve a isenção de pedágio sobre eixo suspenso de caminhões em todas as rodovias do país, inclusive as sob concessão estadual. O texto permite que o valor do pedágio seja elevado para os outros usuários das rodovias “a fim de compensar a isenção”, caso não exista outra forma de reequilibrar contratos de concessão.

A segunda lei determina que Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) contrate um mínimo de 30% dos serviços de transporte de grãos com cooperativas e associações de transportadores autônomos.

SEM INTERVENÇÃO

Durante a audiência no STF nesta segunda-feira, houve uma série de exposições entre defensores e contrários ao fim do tabelamento.

O professor da Fundação Getulio Vargas Armando Castelar Pinheiro defendeu o fim da medida e destacou que não há falhas do mercado que justifiquem a intervenção do setor público.

Segundo ele, o piso para fretes elevará custo anual das empresas em R\$ 53 bilhões, ou 0,8% do PIB.

Integrantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) cobraram a revogação o quanto antes do tabelamento. Eles afirmaram que a medida trouxe insegurança para a cadeia produtiva e pode levar ao aumento da inflação e o aumento no desemprego.

“Fazemos um apelo a essa Casa que não espere o próximo governante, as eleições, a próxima semana (para decidir)”, disse o superintendente técnico da CNA, Bruno Lucchi.

O superintendente-geral do Cade, Alexandre Cordeiro Macedo, disse que esse tipo de tabelamento, além de gerar prejuízos para a sociedade como um todo, pode gerar perdas para os consumidores. Ele avaliou a tabela como uma espécie de “cartelização”.

Representantes do governo defenderam o tabelamento.

Para a ministra-chefe da Advocacia Geral da União, Grace Mendonça, o mercado do frete já padecia de distorções, e a greve dos caminhoneiros acabou por impor a ação do poder público para minimizar seus danos.

“Essa legislação vem trazer um preço mínimo do custo por aquela operação, estabelecido ao menos no contexto totalmente compatível com a Constituição”, disse Grace, ao citar que o tabelamento permitiu valorizar socialmente o trabalho, melhorar dignidade humana e reduzir as desigualdades sociais.

O ministro do Transportes, Valter Casemiro, foi na mesma linha. “O governo entende que essa medida veio para resolver o problema que estava tendo de preço abaixo de custo no transporte, principalmente do caminhoneiro autônomo”, disse.

O presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Diumar Bueno, também defendeu o tabelamento. Disse que o caminhoneiro não tem poder para negociar o frete diretamente e citou uma série de dados para sustentar que os preços de produtos agrícolas caíram após a adoção da medida.

O presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí (Sinditac-Ijuí), Carlos Alberto Litti Dahmer, defendeu a manutenção da tabela do frete. Disse que “inconstitucional é a fome, não dar garantia de sobrevivência aos seus”. Foi o único aplaudido no encontro.

Na rápida entrevista coletiva que deu após audiência, Fux negou que tenha havido uma maior quantidade de expositores contrários à manutenção do tabelamento. Disse que essa é a terceira audiência que promove sobre o assunto e destacou ainda que deu até um prazo maior de fala aos debatedores favoráveis ao preço mínimo do frete.

No início da audiência pública, Fux disse que o tribunal tem como missão garantir a governabilidade do país e que o juiz tem de ter humildade para saber que algumas matérias escapam o seu conhecimento, daí a necessidade de se ouvir especialistas no assunto.

ABPA: indefinição sobre frete cria insegurança e terá consequência ao consumidor

28/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 27-08-2018)

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) disse, em nota distribuída nesta segunda-feira, 27, que a insegurança jurídica diante das indefinições em torno da nova tabela de frete “gera consequências diretas ao consumidor final”.

Hoje em Brasília o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux decidiu manter suspensas as decisões das instâncias inferiores sobre o assunto. A posição foi tomada após mais de duas horas de audiência pública, no qual foram ouvidos representantes do governo, das empresas e dos caminhoneiros.

“Com a tabela em vigor, a questão é ainda mais grave para o consumidor, pois afeta diretamente o preço dos alimentos”, afirma a ABPA. A entidade defende a rediscussão do tema.

“O tema do frete mínimo impacta diversos setores da economia, em especial a avicultura e a suinocultura, que contam com categorias próprias de frete dedicado e exclusivo. Com a nova tabela proposta, o custo logístico apresenta uma elevação média de 35% – chegando próximo de 80% em algumas modalidades, como o transporte de ração”, afirma a entidade.

Segundo a nota, os preços do milho e da soja, principais insumos da alimentação das indústrias, "atingiram em agosto elevação média de, respectivamente 53% e 43% com relação ao mesmo mês do ano passado".

"Com a somatória destes fatores – tabelamento de frete e elevação dos custos de produção – os impactos nas carnes e outros produtos de aves e de suínos para o consumidor tendem a superar 15%", enfatiza.

CNA defenderá no STF que tabela do frete pode provocar queda nas exportações

28/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

As exportações brasileiras poderão sofrer redução de 2% a 10% com a alta do frete rodoviário, provocada pela tabela de preços mínimos. Com isso, a perda de postos de trabalho será de 10.000 a 52.000, segundo estimativas que serão apresentadas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) nesta segunda-feira, 27, na audiência promovida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux para discutir o tabelamento.

A CNA é autora de uma das ações de inconstitucionalidade movidas contra o tabelamento. A iniciativa foi tomada também pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Associação do Transporte Rodoviário de Carga (ATR).

Os autores das ações serão ouvidos na audiência, assim como representantes da Advocacia Geral da União, Ministério dos Transportes, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos, Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência.

Os dados da CNA apontam para uma alta de 50,88% a 119,69% no frete de Sorriso (MT) até o Porto de Santos (SP), dependendo se é ou não cobrado o frete de retorno. Segundo estimativas da consultoria LCA a serem exibidas pela entidade, o IPCA de fevereiro de 2019 passará de uma alta de 4,44% para pelo menos 6,50%.

O aumento será sentido em produtos de consumo diário, como uma alta de 3,7% a 8,6% no preço do leite resfriado, de 3,5% a 8,1% na farinha de trigo e derivados e de 3,3% a 7,8% no preço do arroz.

A indústria também será duramente impactada pela tabela do frete. Conforme informou o jornal em sua edição de sábado, a alta média no preço do frete é de 12%, ao passo que insumos e matérias-primas já registram alta média de 7%.

Como duas decisões de Musk colocaram a Tesla em dificuldades

28/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Em 2016, executivo exagerou nos dados do Model 3 e promoveu uma fusão entre a Tesla e solar City

As dificuldades atuais da Tesla podem ser traçadas a duas decisões tomadas por seu presidente-executivo, Elon Musk, em 2016.

Na época, a situação financeira da companhia era sólida, e estava gerando um crescimento de vendas saudável com seus carros elétricos de luxo, destinados a compradores altamente leais.

As duas decisões de Musk mudaram o rumo da Tesla, e conduziram diretamente aos seus problemas financeiros cada vez mais graves e a uma investigação sobre a

companhia na SEC (Securities and Exchange Commission, agência federal que regulamenta os mercados de valores mobiliários dos Estados Unidos).



Elon Musk, presidente-executivo da Tesla - Toru Hanai/Reuters

A despeito de todas as suas recentes declarações públicas, Musk não parece ter aprendido com esses erros. Já que os investidores continuam a determinar o valor da Tesla como se seu único problema fosse atender a uma demanda insaciável, as ações da companhia estão em risco grave.

No começo de 2016, o mercado de ações estava em queda. As ações da Tesla estavam em baixa, e as da outra empresa de capital aberto de Musk, a SolarCity, mostravam declínio ainda maior.

A SolarCity, como seus concorrentes que vendiam painéis solares a usuários domésticos, estava em situação financeira delicada.

Musk tentou reverter os dois declínios. Anunciou o Model 3, destinado ao mercado de massa e com preço de venda suposto de US\$ 35 mil (R\$ 142 mil), o que poderia representar uma expansão exponencial de mercado da companhia. Mais tarde, antes mesmo de o projeto do Model 3 estar concluído, ele definiu o carro como "o maior lançamento na história dos bens de consumo".

Em conversa telefônica com analistas naquele dia, Musk disse antecipar que a Tesla viria a produzir entre 100 mil e 200 mil unidades do Model 3 no segundo semestre de 2017.

Nos 12 meses que se seguiram ao anúncio, as ações da Tesla quase dobraram de preço. A produção do Model 3, no entanto, no período mencionado por ele, ficaram em apenas quatro mil unidades.

A outra decisão fatídica de Musk naquele ano foi fundir a SolarCity e a Tesla.

A decisão acabou com a preocupação dos investidores quanto a um possível pedido de concordata da SolarCity. Por outro lado, sobrecarregou a Tesla com mais um negócio deficitário e elevou em US\$ 3 bilhões (R\$ 12,2 bilhões) as dívidas incluídas em seu balanço.

Para convencer os investidores quanto à decisão, Musk anunciou ideias para novos produtos que até agora não resultaram em uma receita significativa.

Na Tesla, as promessas de Musk forçaram a empresa a captar US\$ 1,8 bilhão adicional e a correr para elevar a produção do Model 3, o que provou ser muito dispendioso. Depois de alguns problemas iniciais, as vendas estão crescendo rapidamente, mas o crescimento dos custos é ainda maior.

A alavancagem operacional --ou seja, a elevação das margens de lucro sobre cada dólar de receita adicional-- de que a Tesla necessita continua inatingível.

A Tesla está sob pressão crescente para gerar caixa, depois de consumir US\$ 1,8 bilhão (R\$ 7,3 bilhões) em reservas de caixa nos primeiros seis meses do ano.

A empresa tem cerca de US\$ 1,3 bilhão (R\$ 5,3 bilhões) em títulos de dívida conversíveis com vencimento em novembro e março. Suas contas a pagar eram de US\$ 3 bilhões (R\$ 12,2 bilhões) e seu caixa de apenas US\$ 2,2 bilhões (R\$ 8,9 bilhões), em 30 de junho. Se o leasing capitalizado da empresa for incluído, suas dívidas de longo prazo superam os US\$ 11 bilhões (R\$ 44,8 bilhões), de acordo com a FactSet.

Os fornecedores da Tesla começam a se preocupar quanto ao pagamento do que a empresa lhes deve.

A frustração de Musk com o escrutínio que suas projeções vêm atraindo cresceu a ponto de ele recorrer ao Twitter para anunciar que tinha uma operação preparada para fechar o capital da companhia.

Os tuítes deram início a um frenesi de especulações sobre uma transação privada avaliada em US \$ 70 bilhões --Musk ofereceu US\$ 420 (R\$ 1.713) por ação de uma empresa que nunca lucrou anualmente.

Na sexta-feira (24), 17 dias depois do anúncio, o executivo voltou atrás e afirmou que a montadora continuará com as ações cotadas em Bolsa. Musk disse ter tomado a decisão após consultar acionistas grandes e pequenos. Depois disso, diretores disseram apoiar a manutenção dele no comando da empresa.

As projeções otimistas de Musk quanto ao Model 3 estão sob investigação pela SEC. Por isso, ele sentiu a necessidade de afirmar em email que a Tesla não estava para pedir concordata.

O empresário talvez tenha imaginado que permitir a concordata da SolarCity prejudicaria a reputação que construiu com o PayPal e com sua companhia de foguetes, a Space Exploration Technologies. Uma concordata poderia prejudicar todos os seus negócios, incluindo a Tesla, que estava vendendo ações regularmente para bancar seu crescimento.

A Tesla tem diversas opções para escapar à sua situação atual. Pode reduzir a escala de seus planos de produção do Model 3 a um ponto que lhe permita produzir o carro com lucro. A Tesla afirma que gerará lucro este trimestre, mas dado seu histórico de projeções otimistas em excesso, mesmo os mais positivos dos analistas estão céticos, e preveem prejuízo da ordem de US\$ 1,19 (R\$ 4,85) por ação.

É possível, entretanto, que ela registre lucro, porque o Model 3 está sendo vendido por US\$ 50 mil (R\$ 204 mil) ou mais, e não pelos US\$ 35 mil prometidos. Uma opção financeira, presumindo que a SEC a autorize, seria vender ações, mas a Tesla declarou repetidamente que não planeja fazê-lo.

Opção mais arriscada seria persuadir os detentores dos US\$ 1,3 bilhão em títulos conversíveis da empresa com vencimento nos próximos meses a aceitar pagamento em ações da Tesla, e não dinheiro, de acordo com Vicki Bryan, fundadora da empresa de pesquisa Bond Angle.

Ela prevê que isso minimizaria a diluição sofrida pelos investidores atuais e reduziria acentuadamente a dívida de curto prazo, dando à Tesla uma janela adicional de seis ou sete meses para preservar seu caixa.

Não importa o que a Tesla escolha fazer, Musk terá de mostrar que a lição foi aprendida. Se não o fizer, os investidores encararão com ceticismo qualquer plano que ele oferecer.

Rota 2030 é apresentado em feira agrícola em Porto Alegre

28/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 27-08-2108)

Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, Igor Calvet, visitou nesta segunda a ExpoInter

O secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exteriores e Serviços (MDIC), Igor Calvet, apresentou, nesta segunda-feira, em Porto Alegre, o Rota 2030, política do setor automotivo lançado no último mês. Ele participou de um seminário promovido para Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do governo do Rio Grande do Sul na ExpoInter, uma das maiores feiras agrícolas do país.

Calvet explicou que o Rota busca incrementar a eficiência energética no país, aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e aumentar a segurança dos veículos. A medida provisória que criou o programa também prevê a redução do imposto de importação de autopeças sem similares no país.

O diretor de Relações Governamentais da Toyota Brasil, Ricardo Bastos, também participou do seminário. Ele destacou que a definição de metas em 15 anos garante previsibilidade para os investimentos da empresa.

Segundo o secretário de desenvolvimento de Competitividade Industrial do MDIC, o setor automotivo representa 22% do PIB industrial e 4% do PIB nacional.

Rio Grande do Sul

Maria Paula Merlotti, coordenadora da Assessoria Técnica da Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul, apresentou o programa de inovação para área de mobilidade urbana do estado, o Mult. De acordo com Merlotti, as ações do Mult estão alinhadas às diretrizes do Rota 2030. O programa gaúcho busca fomentar a implementação de novas tecnologias e a preparação da cadeia automotiva para os desafios globais.

Dados do governo do Rio Grande do Sul apontam que o segmento automotivo representa aproximadamente 12% do PIB industrial gaúcho. Na região da serra e metropolitana de Porto Alegre, existem polos de produção metalmeccânico, eletroeletrônico e borracha.

Também participaram do seminário representantes do governo do Rio Grande do Sul, executivos de empresas fornecedoras de grandes montadoras e de startups. No passado, a ExpoInter reuniu 411.914 visitantes

Tecnologia no campo

De manhã, Calvet visitou as instalações da AGCO. A empresa desenvolve máquinas de alta tecnologia para o campo como colheitadeiras, plantadeiras, tratores e outros equipamentos inteligentes que se conectam e trocam informações sobre o processo agrícola.

Segundo o presidente da AGCO na América Latina, Luis Felli, uma das soluções desenvolvidas na fábrica permitiu que uma das colheitadeiras atingisse o dobro da velocidade. "Aumentamos a eficiência do plantio, mantendo ou melhorando a qualidade da produção", disse.

A comitiva do MDIC visitou a linha de produção da empresa, que usa metodologia da manufatura enxuta, também adotado no programa Brasil Mais Produtivo, e tecnologias da indústria 4.0 para promover ganhos de produtividade.

Os funcionários da AGCO usam óculos inteligentes fabricados pela Google, o chamado Google Glass, exoesqueletos que evitam problemas ergonômicos, impressoras 3D, empilhadeiras autônomas e robôs colaborativos.

Como lembrou Calvet, o MDIC lançou a Agenda 4.0 durante a edição latino-americana do Fórum Econômico Mundial. "A digitalização e a conectividade são importantes para a competitividade das indústrias. A planta da AGCO é uma demonstração de como a integração com as tecnologias da indústria 4.0 podem trazer ganhos significativos para o processo produtivo", disse.

A equipe de engenharia da AGCO desenvolve soluções em realidade aumentada e testa o desempenho das máquinas em laboratórios que simulam condições adversas no campo, como temperatura elevada, solo irregular e exposição a poeira. A empresa tem 11 unidades e 3.500 funcionários. Segundo os executivos da empresa, deverão ser lançados, até 2019, 156 novos produtos.

A adoção de tecnologias de manufatura avançada, como a digitalização e a conectividade, são importantes para aumentar a competitividade das indústrias e do setor de agronegócios.

Faturamento das autopeças crescerá 14,3% este ano

28/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 27-08-2108)



Flavio Del Soldato recorda que o Sindipeças fará em setembro uma revisão de suas projeções (foto: Luis Prado)

Fabricantes já preveem nova alta para 2019 e ampliarão investimentos em quase 30%

O setor de autopeças fechará 2018 com alta de 14,3% no **faturamento**. Além disso, os fabricantes vão ampliar seus investimentos em 29,2% e já preveem novo acréscimo para 2019, nesse caso de 8,4%.

As projeções foram divulgadas por Flavio Del Soldato, assessor da presidência do Sindipeças, entidade que reúne fabricantes de componentes automotivos. O executivo foi um dos palestrantes do Workshop Planejamento Automotivo 2019, realizado por **Automotive Business** na segunda-feira, 27, em São Paulo.

Del Soldato recorda que estes são os dados mais atuais disponíveis (consolidados sexta-feira, 24 de agosto), mas uma nova análise do mercado será anunciada em setembro. A tendência positiva deve se manter, mesmo com a incógnita representada pelas eleições.

O assessor da presidência do Sindipeças recorda que a balança comercial do setor permanece negativa. Deve fechar o ano com déficit de US\$ 6,68 bilhões, valor 25,1% mais alto que o registrado em 2017. Para Del Soldato, o déficit acentuado "faz parte do jogo" por ser consequência da modernização dos veículos.

*"O Brasil não possui mais carros que ficam vários anos à venda no mercado",
recorda o assessor do Sindipeças.*

Os números relacionados à produção também animam o Sindipeças, que prevê a indústria superando a marca de 3 milhões de auto veículos até o fim de 2018, o que representa aumento de 12% em relação a 2017.

Ainda segundo a entidade, mais de 3,7 milhões de unidades serão fabricadas em 2023. Apesar do crescimento, o executivo lembra que esse total é o mesmo produzido em 2013.

"Foram as exportações que permitiram à indústria manter os bons resultados nos últimos anos", afirmou Del Soldato, enquanto exibia os números relativos ao setor.

O executivo, porém, lembrou da preocupação com a situação econômica da Argentina, que enfrenta problemas e é o principal destino dos veículos exportados pelo Brasil.

No período de 2016 a 2017 as exportações de veículos registraram crescimento de 48,3%, mas na comparação de janeiro a julho de 2018 com o mesmo período do ano passado houve queda de 2,8%.

Ao falar sobre as possibilidades do setor de autopeças diante do cenário de mudanças, Del Soldato citou uma série de problemas – insegurança jurídica (especialmente nas áreas trabalhista, tributária e ambiental), carga tributária, juro real, logística, burocracia, insegurança física e patrimonial e o despreparo educacional – que, segundo ele, são comuns a diversos setores no Brasil.

A necessidade de se adequar e fechar acordos comerciais com outros mercados também foi lembrada pelo executivo, que explicou:

"Concordamos com o fim das tarifas protecionistas, mas pedimos que haja um período de carência para que possamos implantar isso. Sugerimos um prazo de 15 anos, mas os países europeus estão reticentes", diz Del Soldato.

Inserir o setor automotivo no Mercosul, providenciar os ajustes necessários nas regras de origem com os países do Mercosul e o México e providenciar acordos com Canadá, Japão, Coreia do Sul e outros países relevantes são outras possibilidades apontadas pelo executivo do Sindipeças. Tudo isso, porém, vai depender do resultado das próximas eleições.

Mesmo com essas dificuldades, Del Soldato lembra que cabe às empresas o papel principal para aproveitar as oportunidades de crescimento nos próximos anos. "Não adianta mais somente falar no Refis, é preciso ser competitivo", afirmou (Refis é o mecanismo para regularização de créditos decorrentes de débitos relativos a tributos e contribuições).

Para isso, ainda de acordo com Flavio Del Soldato, o programa Rota 2030 fornece suporte, com regras sobre emissões, segurança e eficiência energética, apoio para desenvolvimento tecnológico, inovação e qualidade dos veículos (incluindo caminhões, ônibus e autopeças), preocupação com o desenvolvimento da cadeia de fornecedores, incentivo para pesquisa e desenvolvimento na cadeia de fornecedores, entre outros aspectos.

*"Após um período no qual o termo 'resiliência' foi o mais utilizado no setor, acredito que 'competitividade' será a palavra-chave para os próximos anos",
conclui o executivo do Sindipeças.*

Mercado de veículos pesados precisa de estabilidade econômica para continuar evoluindo

28/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 27-08-2108)



Schiemer, presidente da Mercedes, analisa cenário atual e fatores que afetam o mercado de caminhões (Foto: Luis Prado)

Presidente da Mercedes-Benz defende um horizonte com condições macroeconômicas mais favoráveis

O **mercado de veículos pesados** respira um pouco mais aliviado este ano, uma vez que as projeções apontam para um novo crescimento das vendas de caminhões e ônibus.

No entanto, embora haja algumas condições que venham favorecendo a retomada do setor, como o agronegócio, este não pode ser o único pilar para um mercado saudável, que necessita de outros setores para continuar a reagir e trazer maior **estabilidade econômica**.

Essa é a visão do presidente da Mercedes-Benz, Philipp Schiemer, que apontou algumas necessidades para a continuidade da evolução do mercado de pesados durante o Workshop Planejamento Automotivo 2019, realizado por **Automotive Business** na segunda-feira, 27, em São Paulo.

2019, teremos a continuação da evolução da economia, com alguns setores em alta, como a agricultura, que está bem estruturada. Por outro lado, a indústria e outros setores ainda dependem de resoluções que virão com as eleições. E esse crescimento só será possível se houver condições macroeconômicas mais favoráveis”, afirma Schiemer, ao analisar o cenário atual e suas perspectivas para o próximo

O cenário de 2018 ainda é favorável por alguns outros fatores, indica Schiemer. Mesmo com a retomada lenta, o ambiente de negócio está melhor e vem reagindo conforme o Produto Interno Bruto (PIB) evolui: reflexo de uma inflação sob controle, o que mantém os juros mais baixos. “Hoje a Selic está em 6,5% ao ano, eu diria que é um valor aceitável, mesmo ainda sendo alto com relação aos juros de outros lugares no mundo”, comenta.

O executivo é enfático ao dizer que o mais necessário atualmente é a confiança. No caso do mercado de caminhões e ônibus, o crescimento de 24,7% previsto pela indústria para este ano levará a um volume estimado em 79,5 mil unidades, patamar semelhante ao de 2015, lembrou Schiemer. Segundo o executivo, o mercado será basicamente impulsionado pelo segmento de pesados e extrapesados, que atendem massivamente o agronegócio.

“Os demais segmentos – como leves e semipesados, onde está concentrado o maior número de autônomos, por exemplo, ainda enfrentam uma letargia. Estão crescendo, mas em escala muito menor que os extrapesados. Falta confiança para a volta às compras.”

Schiemer defende uma agenda econômica que volte a priorizar os investimentos em infraestrutura. “Todos sabemos que o País precisa de uma infraestrutura melhor, estradas em melhores condições, logística mais eficiente e construção civil. Tudo isso pode retornar com uma gestão que dê um horizonte de política econômica estável para os próximos anos e isso poderá gerar um bom impacto para o mercado.”

Ele aponta ainda a necessidade de tirar das ruas os caminhões antigos. “É muito bonito falar de eletrificação, mas temos de discutir a renovação de frota e olhar com responsabilidade para as condições desses caminhões.

Teremos muito mais benefícios em tirar os produtos mais velhos das ruas e colocar outros mais novos antes de pensar nos desafios da eletrificação para o Brasil, como a distribuição de energia para recargas, se a energia será mesmo limpa ou o que vamos fazer com as baterias depois de sua vida útil”, alertou.

Embora o executivo admita que a Mercedes desenvolva modelos elétricos no exterior, como uma linha de caminhões leves que está sendo testada na Ásia, ainda não há definições sobre sua vinda para o Brasil. “No curto prazo vamos avançar [nesta questão], mas não aqui.”

Caminhões pesados ditam o ritmo do setor de transporte

28/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 27-08-2108)



Segundo Carlos Reis, da Carcon, greve dos caminhoneiros motivou investimentos em frota própria (foto: Luis Prado)

Participação dos modelos de grande porte se aproxima de 45% no segmento de carga

A greve dos caminhoneiros ocorrida em maio teve efeito nocivo para a indústria de **caminhões**, mas acabou levando empresas a investir em frotas próprias. Com isso, os modelos pesados, cujas vendas já cresciam em decorrência do agronegócio, tiveram um impulso extra, segundo Carlos Reis, presidente da Carcon Automotive Agriculture. Reis foi um dos palestrantes do Workshop Planejamento Automotivo 2019, realizado por **Automotive Business** na segunda-feira, 27, em São Paulo.

Durante a palestra “As Previsões dos Consultores”, Reis lembrou que segmento de caminhões pesados teve um aumento de 87,3% no acumulado até julho de 2018 em relação ao mesmo período do ano passado. Com isso, a participação do segmento subiu de 35% para 44%. Em 2016 foram 30%.

Carlos Reis também previu que o mercado de caminhões retornará ao um nível próximo de 2015 em 2019. O forecast da Carcon indica um crescimento de 31,1% em 2018 (fechando o ano com 68,1 mil unidades) e de 14,8% em 2019 (atingindo 78,2 mil unidades). No ano passado, as vendas internas de caminhões foram de 51.941 unidades. A Carcon trabalha em parceria com a LMC Automotive, importante empresa de nível mundial.

Entre os problemas que a consultoria identifica para as companhias que vêm formando frotas próprias está a dificuldade de conseguir novos caminhoneiros. Reis citou a Cargil como umas das que seguem esse caminho, tendo adquirido mil caminhões recentemente. Porém, a rotatividade de motoristas é cada vez maior.

"Os jovens simplesmente não querem mais ser caminhoneiros", afirma o presidente da Carcon Automotive.

Isso estaria ligado às condições oferecidas para esses trabalhadores, entre elas a qualidade das estradas e suas conveniências.

MÁQUINAS AGRÍCOLAS E ÔNIBUS

O braço mais forte da LMC são os forecasts para a indústria de máquinas agrícolas. Por isso, há dois anos, a Carcon passou a se chamar Carcon Automotive Agriculture. Segundo Carlos Reis, a disputa comercial entre os Estados Unidos e a China vai prejudicar as exportações brasileiras nesse setor.

Por isso, a recuperação do segmento será muito mais lenta que a de caminhões pesados, ficando em 6,3% este ano e em 6,5% no próximo ano. Em volume, as máquinas agrícolas passarão dos 45,4 mil em 2017 para 48 mil em 2019.

Para o mercado de ônibus a temporada será de ligeira elevação (2,1%), passando de 11,7 mil para 12 mil veículos. Porém, a previsão da Carcon é de um salto maior em 2019, chegando a 16 mil ônibus vendidos no mercado interno, com um crescimento de 32,3%.

Empresas automotivas precisam buscar novas fontes de receita

28/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 27-08-2108)



Para Nieto, não se pode esperar uma solução apontada pela matriz porque o consumidor é local (foto: Luis Prado)

Regis Nieto, do BCG, alerta que as atuais fórmulas estão perto de se esgotar

Em poucos anos as tradicionais fórmulas da **indústria automotiva** deixarão de funcionar e gerar faturamento. "Hoje as **receitas** vêm da venda de carros, do financiamento, da oferta de peças e do mercado de reposição. Isso tudo está se estagnando e, em breve, as fontes serão outras", avisa Regis Nieto, sócio-diretor do BCG. O consultor participou do Workshop Planejamento Automotivo 2019, realizado por **Automotive Business** na segunda-feira, 27, em São Paulo.

O especialista indica que, com a evolução do carro conectado, elétrico, autônomo e compartilhado, o faturamento das empresas que atuam no segmento de mobilidade virá da produção de novos componentes e tecnologias para os veículos, da venda de dados gerados pelo uso de automóveis conectados, de serviços de transporte sob demanda e ainda de soluções de infraestrutura de mobilidade, "como um sistema inteligente de gestão de vagas ou os postos de recarga", exemplifica.

"Nos próximos anos o dinheiro virá de novos lugares. As empresas que não estão se reposicionando agora vão passar por dificuldade. O setor automotivo vai se transformar mais em dez anos do que nos últimos 100", alerta.

Ele cita o exemplo da Tesla, que tem valor de mercado próximo ao das maiores montadoras do mundo, mas vende volume equivalente a um centésimo do realizado pelas três maiores empresas do segmento e queima caixa, ainda longe do equilíbrio

financeiro. Por outro lado, lembra, a empresa do Vale do Silício trabalha alinhada aos novos modelos de mobilidade, com o olhar voltado às tecnologias do futuro e é aí que está o valor percebido pelos investidores.

PRECISA-SE DE SOLUÇÕES LOCAIS

“Uma das coisas que mais ouço dos profissionais no Brasil é que não dá para desenvolver nenhuma dessas soluções localmente, que as respostas virão da matriz. Isso não é verdade”, assegura Nieto. Segundo ele, há vários desafios que precisarão ser resolvidos localmente, respostas que nenhuma matriz dará.

Entre eles está a construção de plataformas de mobilidade com modelos para monetizar os dados gerados e o desenho da infraestrutura para carros elétricos, por exemplo. “Acima de tudo, o consumidor é local e, portanto, precisamos desenhar as soluções certas para ele”, diz o consultor. O cliente, aliás, é visto por Nieto como uma grande oportunidade para as empresas locais.

“As pessoas são muito conectadas aqui. O Brasil é o segundo maior mercado da Uber e São Paulo, a cidade com mais usuários do Waze no mundo. Se as empresas automotivas não desenharem soluções para esse consumidor, correrão o risco de ficar distantes dele, favorecendo intermediários”

Nieto considera que muitos processos deveriam ser revistos. Entre eles está o modelo atual de concessionárias. Com os clientes tão conectados, é normal que a escolha do carro que vão comprar seja feita em casa, on-line, e a visita a uma loja para fechar o negócio aconteça só depois, para fechar negócio.

“Será que não conseguimos melhorar essa experiência? Fazer revendas menores, mais interessantes e oferecer veículos que vão até o cliente para oferecer manutenções mais simples, por exemplo. Não podemos seguir acreditando que são as concessionárias que geram vendas.”

O principal conselho do executivo é, portanto, combinar a agenda global com uma estratégia local. O importante é fazer movimentações no curto prazo. “A transformação está em curso. As coisas já mudaram em muitos aspectos.”



Antonio Megale, presidente da Anfavea, estima estabilização do dólar entre R\$ 3,70 e R\$ 3,90 (foto: Luis Prado)

Venda de veículos em agosto será a melhor em três anos

28/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 27-08-2108)

Recuperação do mercado faz Anfavea acreditar em alta de dois dígitos também para 2019

Agosto deve terminar como o melhor mês em cerca de três anos, com **venda** de 225 mil a 230 mil **veículos**, resultando em alta próxima a 5% sobre os emplacamentos de julho. A previsão foi divulgada por Antonio Megale, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Megale fez a palestra de abertura

do Workshop Planejamento Automotivo 2019, realizado por **Automotive Business** na segunda-feira, 27, em São Paulo.

“Projetávamos um crescimento inicial menor este ano para o mercado interno e ele vem entre 13,5% e 14,5%”, afirma o executivo, que estima cerca de 240 mil emplacamentos para dezembro.

“Para o ano que vem há cenários otimistas e pessimistas (relacionados ao resultado das eleições), mas acreditamos em um crescimento de dois dígitos”, afirma o presidente da Anfavea.

Quando questionado sobre as recentes altas do dólar, Antonio Megale afirmou que acredita numa estabilização do valor da moeda entre R\$ 3,70 e R\$ 3,90 após as eleições. “É difícil prever até porque a variação da moeda americana também é motivada por fatores externos. Eles afetam ainda mais a Argentina (principal destino dos veículos montados no Brasil), que tem reservas menores do que a nossa.”

Como resultado da retração no país vizinho e também no México, Megale recorda que as exportações brasileiras irão, no máximo, repetir o resultado de 2017, quando foram embarcados 762 mil veículos.